

PROPOSTA DE ZONEAMENTO ARQUEOLÓGICO PARA O MUNICÍPIO DE CURITIBA

Igor Chmyz *
Laércio Loiola Brochier **

RESUMO: Este artigo trata do patrimônio cultural pré-histórico e histórico encerrado no subsolo do Município de Curitiba, Estado do Paraná. A legislação municipal de 1971 refere-se ao patrimônio cultural e histórico edificado da cidade e não consiera o acervo arqueológico existente abaixo da superfície do terreno. Levando-se em conta que projetos de desenvolvimento urbano perturbam e destroem os remanescentes dos assentamentos mais antigos, aqui são discutidos os problemas constatados, apresentando-se orientações e metodologias adequadas para uma Arqueologia Urbana, com vistas à elaboração de uma Carta Arqueológica para o Município de Curitiba e, o seu zoneamento Arqueológico.

Palavras-chave: Arqueologia Urbana; Carta Arqueológica; Zoneamento Arqueológico; Arqueologia de Curitiba.

INTRODUÇÃO

Aliar o crescimento das cidades com a preservação dos seus valores culturais e ambientais, tornou-se um grande desafio para os órgãos de planejamento urbano nas últimas décadas. Essa proposta, não somente reflete a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população, como também o iminente risco de perda das características naturais e pluri-étnicas das áreas urbanas, ocasionada principalmente pelo rápido crescimento populacional e o aceleração das atividades industriais e comerciais. Nessa estratégia são definidos centros históricos, museus e casas da memória, tombamentos de bens móveis e imóveis, preservação de fachadas, criação de áreas verdes, parques e praças, áreas de proteção ambiental (APAs), etc., além da implementação de órgãos destinados ao estudo, proteção e valorização desses bens.

* Do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFPR

** Pesquisador Associado do CEPA/UFPR

No que se refere aos valores culturais representativos da história da ocupação territorial das cidades, o enfoque, no entanto, está concentrado quase que exclusivamente no patrimônio edificado, havendo poucos exemplos da preocupação com os vestígios arqueológicos encerrados no subsolo urbano. Com isso, desconsidera-se um importante acervo pré-histórico e histórico, encoberto pelas edificações, asfaltos, calçamentos, etc. e, aquele situado nas áreas ainda pouco perturbadas, mas sujeito ao avanço e renovação da infra-estrutura urbana. A pesquisa arqueológica nas cidades reveste-se de especial importância, já que possibilita o resgate dos vestígios e o estudo das ocupações pretéritas, além de fornecer elementos relativos aos antigos ambientes em que estavam condicionadas.

Se por um lado a iminente perda do patrimônio arqueológico exige leis e esforços para sua proteção, por outro, torna-se necessário reconhecer esses bens por meio de inventários e levantamentos arqueológicos, segundo critérios de significância, definindo a ocorrência de sítios arqueológicos ou de áreas consideradas potenciais para a sua existência, com a finalidade de elaboração de cartas arqueológicas.

O Município de Curitiba, considerando-se a análise de suas características ambientais e etno-históricas, da ocupação atual e dos dados fornecidos pelas descobertas fortuitas e pesquisas arqueológicas, revela-se dotado de condicionantes essenciais para a existência de sítios arqueológicos. Deve, portanto, incorporar o desafio da implementação de uma política de proteção e valoração desses bens que, aliada às especificidades do seu desenvolvimento urbano, possa criar instrumentos que permitam o estudo e resguardo desse importante patrimônio, propiciando o conhecimento do passado de sua ocupação territorial.

O presente estudo, elaborado em 1999, derivou de uma palestra proferida pelo primeiro autor, em 3 de setembro de 1998, durante o Seminário de Trabalho sobre Patrimônio Cultural e Legislação. O evento, organizado pela Coordenação de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivou a discussão de tópicos para o estabelecimento de uma política de proteção dos bens de valor cultural, histórico, artístico e ambiental.

Devido às características da prática arqueológica, que foram apenas esboçadas na referida palestra, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, solicitou ao Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná - CEPA/UFPR, em 23 de outubro de mesmo ano, um estudo sobre os critérios gerais e metodologia adequada para avaliação da significância

e do potencial arqueológico da área urbana.

Embora o Ofício SPL/276/98 do IPPUC salientasse que o estudo solicitado transformar-se-ia em uma carta arqueológica e, posteriormente, no zoneamento arqueológico da cidade pretendia-se, com a sua elaboração, contribuir para o Projeto de Zoneamento e Uso de Solo da Prefeitura Municipal de Curitiba.

PROBLEMAS E ORIENTAÇÕES PARA UMA ARQUEOLOGIA URBANA

As áreas urbanas, devido às suas características próprias de ocupação, têm recebido pouca atenção no tocante ao patrimônio arqueológico. Embora as cidades atestem em sua história a ocorrência de antigos aldeamentos indígenas, caminhos históricos e núcleos povoadores com a presença de índios, caboclos, europeus, africanos, entre outros, a preocupação com o registro da ocupação humana e sua preservação, está focalizada quase que exclusivamente no patrimônio histórico edificado.

As obras de infra-estrutura urbana como ruas, edifícios, áreas industriais e de comércio, condomínios residenciais, linhas, dutos e cabos de transmissão elétrica, sistemas de esgotos e águas pluviais, fábricas e indústrias, etc., tendem a perturbar o solo de tal maneira, que muitos pesquisadores acabam por afastar-se dessas áreas, considerando-as pouco propícias à preservação de vestígios arqueológicos. Com isso, verifica-se que apesar dos centros urbanos concentrarem as principais instituições de pesquisa e universidades, assim como os órgãos públicos destinados à preservação do patrimônio cultural e ambiental, a carência de pesquisas nas cidades contribui para transformá-las em grandes vazios de informação arqueológica. Essa quase inexistência de dados, no entanto, contrasta com o entorno dos centros urbanos, onde um número maior de pesquisas são realizadas, sendo geralmente associadas a Estudos de Impacto Ambiental em empreendimentos como barragens, fábricas, contornos rodoviários, gasodutos, etc., e cujo montante de sítios arqueológicos recuperados vem demonstrando o imenso potencial existente.

Estudos mais recentes, com intervenções arqueológicas nas cidades, junto a bens imóveis, nas áreas públicas de interesse histórico-arqueológico e em obras de maior porte associadas ao desenvolvimento urbano (CHMYZ *et al.*, 1986; JULIANI & CAMPOS, 1991; CHMYZ, 1995; SGANZERLA *et al.*, 1996; TOCHEDO & CAPPELLETTI, 1995-96 PAR, 1997; PAA, 1997), têm descoberto vestígios arqueológicos

bem preservados e de grande valor para o entendimento da ocupação humana pré-histórica e histórica, local e regional. Esses mesmos estudos, no entanto, revelaram o grande potencial de risco a que o patrimônio arqueológico está submetido quando não são realizados os estudos de impacto, com acompanhamento de pessoal qualificado, principalmente nas obras e empreendimentos dos setores industriais e comerciais (fábricas, centros comerciais, hipermercados, etc.) e de expansão da malha urbana (loteamentos, mega-condomínios, invasões, etc.). Outros fatores considerados dizem respeito à complexidade das estruturas observadas e, à metodologia própria desenvolvida para essas áreas.

Do ponto de vista arqueológico as cidades, como um todo, são entendidas como sítios arqueológicos complexos sendo necessária, muitas vezes, a aplicação de métodos desenvolvidos especialmente para esses contextos e critérios de significância arqueológica. A arqueologia praticada nos centros urbanos ou nos seus entornos imediatos, deve ser capaz de reconhecer as diversas etapas de ocupação, desenvolvimento e renovação urbana e, o valor de cada uma como fonte de dados históricos. Essa característica multicomponencial implica na avaliação de um determinado recurso cultural, segundo critérios históricos, científicos, étnicos e públicos, objetivando viabilizar e direcionar as ações a serem tomadas quanto ao mesmo (JULIANI, 1996).

Cabe ressaltar ainda, que um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento de programas de pesquisa, avaliação, salvamento e valoração de bens arqueológicos nas cidades é o fato do total desconhecimento, por parte da comunidade e dos setores públicos, sobre o potencial de recursos culturais existentes no subsolo urbano e do trabalho desenvolvido pelos arqueólogos. Essa problemática contrasta com o interesse observado junto à população, independentemente da faixa etária ou escolaridade, sobre a Arqueologia e assuntos afins. Nesse ponto a chamada arqueologia urbana reveste-se de especial importância, pela proximidade dos seus trabalhos com a comunidade, e o conseqüente retorno que possam oferecer, de ambas as partes (ARAÚJO, 1994-95).

A fim de minimizar os efeitos negativos da expansão urbana e o acelerado desenvolvimento das cidades sobre o patrimônio arqueológico, torna-se fundamental o ajuste fino entre os órgãos encarregados da defesa do patrimônio cultural e ambiental, institutos de planejamento urbano, e dos centros de pesquisa, que por meio de ações integradas possam atuar sobre diversas frentes:

- fiscalização e repressão (leis e ações);

- avaliação de impacto, pesquisa e monitoramento (preservação, medidas mitigadoras);
- política de valorização (conscientização, divulgação).

As ações devem partir do reconhecimento e levantamento dos bens culturais existentes e das áreas de interesse onde os mesmos possam ocorrer, objetivando a elaboração de uma Carta Arqueológica do município. Segundo Juliani:

“A Carta Arqueológica, é um instrumento não apenas de inventário de indícios, mas de análise e pesquisa, buscando a compreensão do estado de conservação dos traços de ocupação antrópica do território. Esse instrumento pode ser utilizado na gestão do patrimônio, através da avaliação do risco arqueológico e da escolha racional da intervenção arqueológica.” (1994-95).

A Carta Arqueológica deverá conter, entre outros:

- a identificação de sítios ou indícios arqueológicos existentes no município e no seu entorno imediato, bem como sua caracterização cultural;
- pontos levantados através de mapeamentos preliminares com o intuito de amostrar e avaliar a potencialidade de determinadas áreas;
- delimitação espacial das áreas de interesse histórico reconhecidas, como centro histórico, rotas dos caminhos históricos, antigos pousos, praças, setores históricos dos bairros, etc.
- delimitação das áreas críticas, onde o risco de destruição do patrimônio arqueológico é maior, em razão da iminente perturbação do solo pelas obras de infra-estrutura urbana, empreendimentos industriais e comerciais, etc.; esta delimitação não deve ser estática, devendo estar sujeita a atualização constante;
- análise preditiva, com base em modelos teóricos e amostragens recolhidas nos mapeamentos preliminares, objetivando a avaliação do potencial de grandes áreas, quanto a probabilidade de ocorrência de sítios arqueológicos. As análises levarão em conta os critérios amplamente reconhecidos na metodologia e teoria arqueológica sobre os padrões de assentamento humano, observando-se a contextualização histórica, ambiental, arqueológica e de preservação do solo, segundo as diversas fases de ocupação territorial e prerrogativas de significância arqueológica;
- definição dos critérios de significância arqueológica, funda-

mentais na orientação e aplicabilidade das ações a serem tomadas quanto a preservação dos vestígios e sítios, ou áreas com presença de bens culturais e naturais;

- locais de especial interesse para a preservação e conservação de sítios arqueológicos significativos.

- avaliação dos recursos culturais, quando possível, segundo a sua utilização para fins educacionais e/ou turísticos;

- orientações para o diagnóstico, avaliação de impactos, medidas mitigadoras e monitoramento, junto a obras e empreendimentos urbanísticos durante as fases de pré-implantação, implantação e pós-construção (JULIANI, 1996).

Os levantamentos explicitados na Carta Arqueológica, deverão possibilitar a caracterização do potencial arqueológico das áreas estudadas e, a conseqüente definição do zoneamento arqueológico do município, este orientado segundo objetivos preservacionistas e educacionais. O zoneamento deverá servir como instrumento de apoio à gestão do patrimônio arqueológico municipal, definindo áreas críticas, passíveis de estudos de impactos, apoiados em legislação municipal própria.

Torna-se imprescindível, portanto, que esses estudos sejam acompanhados por esforços no sentido da adoção de medidas legais, balizadas por uma legislação adaptada às especificidades das áreas urbanas, como por exemplo a instauração da obrigatoriedade do acompanhamento de obras de acordo com as suas modalidade e extensão (ARAÚJO, 1994:95) e, dos setores considerados na Carta Arqueológica Municipal, como de alto potencial à existência de sítios arqueológicos.

JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DE CARTA ARQUEOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBA

A história da ocupação do planalto curitibano, geralmente contada a partir do estabelecimento dos primeiros mineradores e exploradores, certamente retrocede em muito a este período histórico. Conhecemos um pouco desse passado remoto através dos achados fortuitos encontrados, principalmente, junto a obras de melhoria urbana e, das recentes pesquisas arqueológicas realizadas nos arredores da cidade, onde inúmeros sítios arqueológicos foram descobertos (CHMYZ *et al.*, 1986; SGANZERLA *et al.*, 1996; PAR, 1997; PAA, 1997). O estudo desses vestígios, entretanto, possibilitaram um quadro ainda bastante frag-

mentário e incompleto sobre a ocupação humana da região. Mesmo em se tratando dos registros históricos, observa-se uma carência de informações mais precisas, como por exemplo, quanto à distribuição dos grupos indígenas à época do contato, a localização dos arraiais de mineração, a definição dos trajetos e ramais relacionados aos corredores históricos e a ocupação neobrasileira ao longo desses caminhos, a localização da antiga povoação de Curitiba (Vilinha), os registros materiais relacionados às diversas fases econômicas como a mineração, o tropeirismo, o período escravagista, da exploração da erva-mate, da imigração, entre outros.

O resgate desse patrimônio torna-se fundamental para o entendimento e valorização da cidade e dos seus cidadãos, pois no dizer de Barz:

“não podemos compreender a cidade como apenas o local de moradia e circulação de mercadorias, mas como espaço de criação de idéias e da superposição cultural, onde o ontem reinventado no hoje, nos dá pontos de contato entre o que se passou e o que está se passando, criando entre os dois momentos a materialização do que transforma e movimenta a história, ou seja, o movimento societário, o saber fazer dos homens através do tempo. Se a cidade materializa a história, a sociedade e o homem, ela trabalha com os elementos da localização, do reconhecer-se. Trabalhar seus elementos é criar a identificação individual e coletiva e permitir a visualização do urbano enquanto espaço dos cidadãos.” (1995).

Esse resgate somente torna-se possível mediante intervenções arqueológicas capazes de proporcionar a identificação dos mais diversos elementos culturais envolvidos na ocupação do território curitibano ao longo do tempo e, a caracterização do espaço geográfico e natural em que estavam inseridos.

Para o perfeito entendimento da implementação de um determinado assentamento arqueológico, ou mesmo do processo de ocupação no Município de Curitiba, devemos examinar os vários aspectos que condicionaram sua existência, ou seja, necessitamos contextualizá-lo. Neste ponto são relevantes a análise do ambiente, dos registros histórico-arqueológicos e da ocupação atual, capazes de revelar a potencialidade, os padrões de implementação, a significância e o grau de preservação dos locais e vestígios, já pesquisados ou não. Possibilita, portanto, a análise preditiva de áreas e o estudo da ocupação territorial, fundamentais para a elaboração de cartas arqueológicas

confiáveis para o Município.

A suposição da grande influência do meio natural para o assentamento e atividades de populações pré-históricas e históricas é suportada por dados empíricos etnográficos, arqueológicos e estudos teóricos (KIPNIS, 1996). A caracterização do ambiente deve, portanto, fornecer importantes elementos que irão possibilitar a previsão da ocorrência de sítios arqueológicos. Torna-se imprescindível, no entanto, considerar ainda, as variações ocorridas na paisagem, em função das mudanças climáticas do passado.

O chamado planalto curitibano reveste-se de um grande número de características ambientais favoráveis à ocupação humana. Dentre as principais, pode-se citar a existência de variada cobertura vegetal, constituída de matas de Araucária, campos, Floresta Atlântica, vegetação de várzeas, entre outros ecossistemas associados, que representam formações vegetais atuais ou remanescentes de climas pretéritos (MAACK, 1968:224). Em consequência das atividades antrópicas desenvolvidas nas últimas décadas, no entanto, somente em poucos lugares é possível avaliar o seu revestimento florístico original. Quanto ao substrato geológico, apresenta no embasamento da bacia sedimentar ou nas proximidades imediatas, rochas gnaissico-migmatíticas, granitos e diabásios, riolitos e rochas vulcanoclásticas, mármore, filitos, xistos, quartzitos e veios de quartzo, silixitos e lateritas, etc., observáveis superficialmente em afloramentos rochosos ou nos seixos dos rios. Nos vales que formam a Bacia de Curitiba, argilitos, siltitos, arenitos, margas e sedimentos inconsolidados, associados aos elúvios e colúvios, conferem grande variedade de formas de relevo e uma intrincada rede de drenagem. Limita-se a leste pela Serra do Mar e, a oeste, pela Escarpa Devoniana, limites esses que não representam obstáculos à movimentação humana, pois neste espaço geográfico estão as nascentes dos rio Iguaçu, que corre para oeste, permitindo a penetração fluvial até o 3º Planalto e, do Ribeira, que flue em direção à orla marítima. Fauna e flora abundante, existência de matéria-prima lítica, argilas e outros recursos minerais, extensa e bem distribuída rede de drenagem, presença de corredores de ligação entre os planaltos e o litoral, formações topográficas favoráveis e estratégicas ao estabelecimento antrópico, etc., fazem da região curitibana um ponto altamente favorável à ocupação de grupos humanos, representantes de sistemas sócio-econômicos bastante diversificados.

Dos registros históricos, poucas são as menções relativas aos índios que habitavam o planalto curitibano, embora esteja explícito que tais grupos não só existiam como teriam dado origem aos nomes de

Curitiba, Barigüi, Cangüiri, Cajuru, Capivari, Capanema, Guabirotuba, Piraquara, Itaperuçu, Tatuquara, Uberaba, Xaxim, entre outros, pois segundo Rodrigues:

“... fixou-se no uso dos moradores da região grande número de topônimos tupi-guaranis, oriundos ou da língua dos indígenas que provavelmente aí habitaram, ou da língua geral usada pelos primeiros povoadores.” (1995:229).

Costuma-se afirmar, portanto, que a região era povoada pelos índios Tupi-Guarani e, que o nome de Curitiba nesta língua, a referenda como a terra dos “muitos pinhais”. Cabe ressaltar que Moreira (1972:31), em razão da inexistência de topônimos indígenas nos mais antigos documentos sobre os campos de Curitiba inferiu a ausência de índios, já que teriam fugido em razão da presença do colonizador. Neste ponto, é interessante notar que Martins (1911:400), apresenta uma versão Kaingáng para o nome de Curitiba, relacionando-o à frase “curytim!”, que significa “vamos embora!”, que favorece uma idéia de fuga. O mesmo autor, ao relacionar o hábito de morar em covas abertas no chão aos Tingui (Tupi-Guarani), torna as interpretações históricas confusas, pois essas habitações são típicas de grupos Jê. Nos textos históricos fica claro a presença de grupos indígenas no planalto curitibano filiados às famílias lingüísticas Jê e Tupi-Guarani, sem que haja, no entanto, maiores esclarecimentos sobre sua contemporaneidade, quais áreas ocupavam, de que maneira deu-se o processo de aculturação, ou para onde se deslocaram quando da ocupação portuguesa, entre outras questões.

Os registros referentes à presença dos ibéricos, iniciam-se em 1639, atribuindo a Eleodoro Ébano Pereira a descoberta de ouro no planalto curitibano. Persistem, ainda, muitas dúvidas se anteriormente outros exploradores e sertanistas anônimos, que vadeavam o rio Ribeira de Iguape, poderiam ter subido os vales do Açungui, Ribeirinha e Capivari, formando nesta região pequenos arraiais de extração do minério (MARTINS, s.d.:206). Entre 1646 e 1651 são localizados, principalmente por Gabriel de Lara, mais de 35 ribeiros de ouro no distrito de Curitiba (WESTEPHALEN, 1995:60-62).

Para Chmyz:

“A continuidade das pesquisas arqueológicas nos arredores de Curitiba poderiam, pela capacidade que têm de captar nos sítios os indícios de contato, datando-os, esclarecer aspectos históricos muito vagos, como o descobrimento dos Campos de Curitiba pela trágica expedição de Pero Lobo e Francis-

co Chaves, em 1531/2 e, a fixação de portugueses, ainda em meados do século XVI, nos mesmos campos, atraídos que foram pelas primeiras informações de minas de ouro (...) Os resíduos da palhoças construídas pelos mineradores e, mais tarde, quando do esgotamento das minas, pelos que permaneceram praticando roças de subsistência e criando animais, constituem os sítios arqueológicos, importantes fontes documentais para a reconstrução histórica.” (1995:45).

A primeira povoação, denominada Vilinha ou Vila Velha, que para Júlio Moreira (1972:68) estaria situada na margem esquerda do rio Atuba, junto ao Caminho do Itupava, reveste-se de problemas no tocante à sua real localização. Pesquisas arqueológicas realizadas naquele local não revelaram vestígios arqueológicos, sendo constatada cerâmica neobrasileira apenas em suas proximidades, também ao lado do antigo caminho, mas na margem esquerda do rio Bacacheri (CHMYZ, 1995:46-51). A localização da Vilinha e de outros arraiais, como o Arraial Queimado, por exemplo, poderiam ser estabelecidas com maior segurança com o auxílio da Arqueologia.

Os moradores da Vilinha mudaram-se, em 1654, para as proximidades do rio Ivo, no lugar onde está situada a praça Tiradentes. Os povoadores, além de terem suas casas junto à praça, habitavam principalmente nos arredores daquele centro, como Mateus Leme, morador do Barigüi, Carrasco dos Reis, que também tinha um sítio no Barigüi e outro no Botiatuva; o Capitão Antônio Rodrigues Seixas era morador em Campo Magro, possuindo simultaneamente terras em Sambaqui e Cubatão; Manoel Soares e Garcia Rodrigues, com sesmarias no Barigüi; Aleixo Leme Cabral, na região do Botiatuva e Passaúna; João Rodrigues Cid no Uberaba; Antônio Luiz Tigre no Rio Verde, Rodeio e Campo Largo; Luiz de Goes, com terras abaixo do rio Barigüi até o Passaúna, entre outros. Além do núcleo principal de povoadores, havia grupos de aventureiros ligados à mineração e, índios e mestiços, dispersos pelo planalto.

Fundamentais na penetração e povoamento da região foram os chamados corredores históricos, constituídos por caminhos que ligavam o litoral aos planaltos e, os ramais, associados aos deslocamentos entre as vilas, arraiais e fazendas. Além de elos de comunicação e de desenvolvimento econômico, os corredores históricos foram importantes para a fixação dos primeiros moradores que estabeleciam suas casas ao longo de seus trajetos. Parte desses caminhos tiveram sua origem, possivelmente, em trilhas indígenas, pois muitos coincidem com o sistema do Peabiru.

Os principais caminhos relacionados ao planalto curitibano foram os do Itupava, dos Ambrósios, da Graciosa, além de outros com poucas referências históricas, como o caminho das minas do Itambé, etc. Alguns foram posteriormente retificados, transformando-se em trechos de estradas asfaltadas no centro e periferia da cidade.

No século XVIII Curitiba passou a fazer parte do roteiro das tropas. Os fazendeiros alugavam suas propriedades para as invernações e mudavam-se para a cidade, abrindo vendas e negócios ligados ao transporte de gado. Diversas rotas foram utilizadas pelos tropeiros com destino a Sorocaba, criando-se muitas outras paragens, como a de Tamanduá, cuja capela foi instituída em 1727 por Antônio Luiz Tigre, no atual Município de Balsa Nova.

Outro período econômico importante foi o da exploração da erva-mate que, entre 1700 e 1820, restringiu-se ao consumo local e comércio com o litoral e alguns portos. Um segundo momento possibilitou, entre 1820 e 1876, com a penetração no mercado da Prata (Argentina e Uruguai) e Chile, que fossem instalados, na periferia da cidade (como nos atuais bairros do Batel e Portão), engenhos movidos a força hidráulica. A Guerra do Paraguai (1865-1870) e o conseqüente abalo na economia paraguaia, que até então era o maior exportador do produto, possibilitou que os engenhos fossem transferidos do litoral para os arredores de Curitiba. Desse período de “fábricas modernas”, restam resquícios, como a presença de instalações no bairro Rebouças, do Mate Leão e Real (BARZ, 1995), além de muitos outros engenhos citados por João de Mio, que existiam nas ruas Brigadeiro Franco, Visconde de Nacar, Carlos de Carvalho, Saldanha Marinho, Voluntários da Pátria, Visconde de Guarapuava, Marechal Floriano, etc., e também nos bairros do Batel, Portão, Mercês, Alto da Glória, Abranches, entre outros (MIO, 1951).

Com a política imigratória do século XIX, intensificou-se a ocupação territorial, considerada necessária para garantir a soberania nacional e a valorização econômica da região. Inicialmente, as colônias estabeleceram-se em locais distantes das cidades; posteriormente, foram ocupando áreas próximas ao centro urbano, e acabaram por formar os bairros da cidade. A imigração possibilitou um grande crescimento populacional, chegando a triplicar-se num espaço de 20 anos. Em 1864, imigrantes argelinos (franceses da Argélia) saíram da colônia do Assungui e ocuparam o norte da Cidade, junto à estrada da Graciosa (Rua Erasto Gaertner, no Bacacheri). Posteriormente, poloneses criaram a colônia do Abranches, às margens da estrada do Assungui. A partir de 1875 foram formadas as colônias de Santa Cândida, com os poloneses, suíços, alemães e franceses. Na região oeste da cidade

formaram-se as colônias D. Augusta, Riviera, Ferraria, Tomás Coelho, Orleans; Umbará na região sul e, Lamenha Pequena e Lamenha Grande na região norte. Os imigrantes italianos compraram terras nas proximidades da cidade, estabelecendo as colônias Dantas (Água Verde), Pilarzinho e Santa Felicidade (BARZ, *op. cit.*).

No final do século XIX e princípios do século XX, o quadro urbano da Cidade começou a modificar-se, com o calçamento das ruas centrais e implantação do Passeio Público, colocação dos trilhos para bondes, além da criação de lei determinando que em algumas ruas (XV de Novembro e Barão do Rio Branco) e na praça Tiradentes, fossem permitidas somente construções de alvenaria. Também as regiões do Alto da Glória e Batel foram destinadas às residências dos Barões do Mate, sendo então construídos casarões de alvenaria, cuja forma imitava castelos europeus. A região do Portão e Rebouças foram destinadas às fábricas e às residências dos operários. Os órgãos governamentais concentraram-se junto à rua Barão do Rio Branco, como a Prefeitura Municipal, onde atualmente está o Museu Paranaense; o Palácio do Congresso, hoje Câmara Municipal; o Palácio do Governo, hoje Museu da Imagem e do Som; a Estação Ferroviária, hoje Estação Plaza e, a Estação de Bondes, situada onde é na atualidade a Slavieiro Veículos (BARZ, *op. cit.*).

Dos achados arqueológicos fortuitos no Município, relacionados a ocupações indígenas e históricas, podemos citar as lâminas de machados de pedra polida encontradas por operário da prefeitura na rua Júlia Wanderley (Bairro Mercês), ou de um pilão de pedra localizado na rua Marechal Deodoro, próximo ao edifício Velho dos Correios, quando dos trabalhos para seu alargamento (década de 1960), ou ainda os vestígios de antigas construções visualizados no trecho de ligação da rua Cruz Machado com a travessa Tobias de Macedo, junto à praça Tiradentes (CMHYZ, 1995). Recentemente constatou-se a presença de cerâmica indígena e neobrasileira ao lado do parque Tingui. Cerâmicas e ossadas humanas foram registradas na praça Tiradentes (quando da abertura de valas para a passagens de cabos de uma rede elétrica de alta tensão) e, fragmentos de louça, vidros, ferraduras, lajotas e tijolos antigos, foram recolhidos por operários, quando da abertura de um chafariz atrás do Museu Paranaense¹. Para a Região Metro-

¹ Ainda mais recentemente (Junho/1999), foram observados e recolhidos fragmentos de cerâmicas antigas, porcelanas e vidros, junto a um barranco em uma construção na rua Dr. Murici, nas proximidades do Relógio das Flores. Tal obra conservou a edificação antiga que pertenceu à família Schaeffer, porém removeu totalmente o solo ao seu redor.

litana, achados semelhantes, como lâminas de machado, pilões, almofariz e virote de pedra polida, raspadores e pontas de flecha e lança de pedra lascada, fragmentos cerâmicos, entre outros, foram encontrados nos municípios de Araucária, São José do Pinhais, Piraquara, Campo Largo, Tijucas do Sul, Mandirituba, Balsa Nova, Cerro Azul e Campo Magro, fornecendo elementos importantes sobre o potencial arqueológico da região. Cabe citar, ainda, a existência de ruínas, passíveis de intervenções arqueológicas, como as de São Francisco, no Largo da Ordem, ruínas de alvenaria próximo ao parque Barigüi (junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente), da antiga igreja de Campo Magro, antigo engenho no Bairro São Lourenço, etc. Inúmeros outros achados e ruínas devem existir, mas que não foram identificados ou comunicados, seja por falta de conhecimento do que representam, ou a quem recorrer.

Os relatos orais também podem representar fontes importantes para o conhecimento dos locais com a presença de vestígios histórico-arqueológicos, das antigas fazendas, caminhos e nomes, das paisagens existentes anteriormente ao desenvolvimento urbano, etc., ajudando no esclarecimento de aspectos históricos ou relativos aos costumes tradicionais de determinados lugares e de sua composição étnica. Um bom exemplo refere-se aos relatos de moradores do bairro Mercês, publicados no Boletim Informativo da Casa Romário Martins (BRUNETTI e BOSCHILIA, 1985) sobre a presença de negros alforriados, caboclos e índios na região. Júlio Mann fala sobre a existência de vestígios de um aldeamento indígena:

“Perto da chácara da minha família havia uma povoação indígena. é, bom, mas não posso falar dos índios, mas vestígios foram achados, muitos vestígios ali, né. O seu Rubens Meister quando fez a casa dele encontrou utensílios deles, e outros vizinhos ali também encontraram utensílios parece, e um esteve em São Paulo. Eu aqui não vi. Não, eu vi assim uns bonequinhos, agora eu vinculo estes bonequinhos pela Casa do Índio em São Paulo, eu fui lá em ... aqui já no Cazuinha, eu fui lá visitar a minha filha e fui visitar a Casa do Índio e vi que lá eles tinham bastantes destes bonequinhos”.

Nireu Teixeira, fornece interpretações sobre a finalidade ou a utilização de alguns túneis descobertos no início deste século, nas proximidades da rua André Zanetti:

“...existem muitas versões, que seriam polítics da re-

volução (Federalista) de 93, que esconderam seus haveres, ou usavam aquilo como refúgio...”.

As pesquisas arqueológicas executadas em Curitiba e proximidades revelaram, até o momento (1999), um impressionante volume de material recuperado, embora ainda relacionado a poucos locais abordados. Tais estudos puderam ser efetuados quando da realização do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas em 1966, e através da execução de projetos de salvamento, como da Barragem do rio Passaúna, em 1985, nas obras rodoviárias do Contorno Leste e nas áreas destinadas à instalação das fábricas das Montadoras de automóveis Renault e Audi. Mais recentemente foram detectados novos sítios arqueológicos nas áreas de implementação da nova pista do Aeroporto Afonso Pena, e junto a Barragem do rio Iraí.

Os sítios arqueológicos já registrados e outros vestígios identificados (Mapa 1), definem uma ocupação densa que abrange ampla faixa temporal, com a presença de grupos indígenas caçadores-coletores (Tradições Humaitá e Umbu), grupos indígenas horticultores ceramistas (Tradições Itararé e Tupiguarani) e grupos associados exclusivamente ao período histórico (Tradição Neobrasileira). Os vestígios foram encontrados tanto no topo ou flanco de elevações suaves, como em terrenos planos e de várzeas, com dimensões e formas variáveis, demonstrando padrões associados a exploração diferencial da paisagem. Foi possível, pela análise dos seus elementos constituintes, caracterizar fases distintas dentro das tradições arqueológicas estabelecidas.

Do estudo desses registros, já é possível esboçar um primeiro retrato da ocupação humana no planalto curitibano. Os primeiros agrupamentos humanos eram constituídos por um número pequeno de pessoas que se dedicavam à exploração dos recursos naturais existentes. Praticavam a caça e a coleta, se deslocando constantemente para outras paragens, quando a subsistência tornava-se difícil. Poderiam, entretanto, ter praticado uma espécie de “manejo”, seja através de pontos avançados de captação de recursos e extração de matéria-prima, ou pelo retorno às antigas áreas, após determinados períodos de abandono. Dos vestígios que resistiram à ação do tempo e que puderam ser recuperados em pesquisas arqueológicas, restaram basicamente a sua indústria lítica, os padrões de assentamento e estruturas relacionadas ao uso do espaço habitacional, (como estruturas de combustão, por exemplo). O material lítico, bastante desenvolvido, constitui-se de objetos e ferramentas destinadas à produção de utensílios, confecção de arcos e flechas, à caça e o descarne, à coleta de raízes, corte de

madeiras, entre outras atividades. Como ignoravam a técnica da fabricação da cerâmica, são identificados pelos arqueólogos como pré-ceramistas e, para o espaço correspondente ao planalto curitibano, foram definidos sítios pertencentes a duas tradições: Humaitá e Umbu. Em um contexto mais amplo, essas tradições estão relacionadas a levadas migratórias que chegaram ao território paranaense por volta de 9 a 8 mil anos antes do presente, persistindo até o início da era Cristã ou mais tarde.

Representantes de novos contingentes humanos, que começaram a povoar o Paraná em meados da era Cristã, são os chamados grupos ceramistas. Sua economia diferencia-se fundamentalmente dos caçadores-coletores, pela introdução da horticultura consorciada com a caça, pesca e coleta. Este padrão permitiu o assentamento de grupos mais numerosos e de permanência mais prolongada (seminômadés), desenvolvendo uma cultura material adaptada a esse modo de subsistência, onde a cerâmica surge como elemento principal destinada a preparar, assar e cozer os alimentos e para o armazenamento de água e grãos. Para alguns grupos, a cerâmica também estava profundamente associada aos seus rituais funerários.

Dois tradições arqueológicas ceramistas puderam ser reconhecidas para o planalto curitibano: a Tupiguarani (sem hífen) e a Itararé. A primeira está associada aos grupos indígenas etno-históricos da família linguística Tupi-Guarani (com hífen) e a segunda, aos Jê.

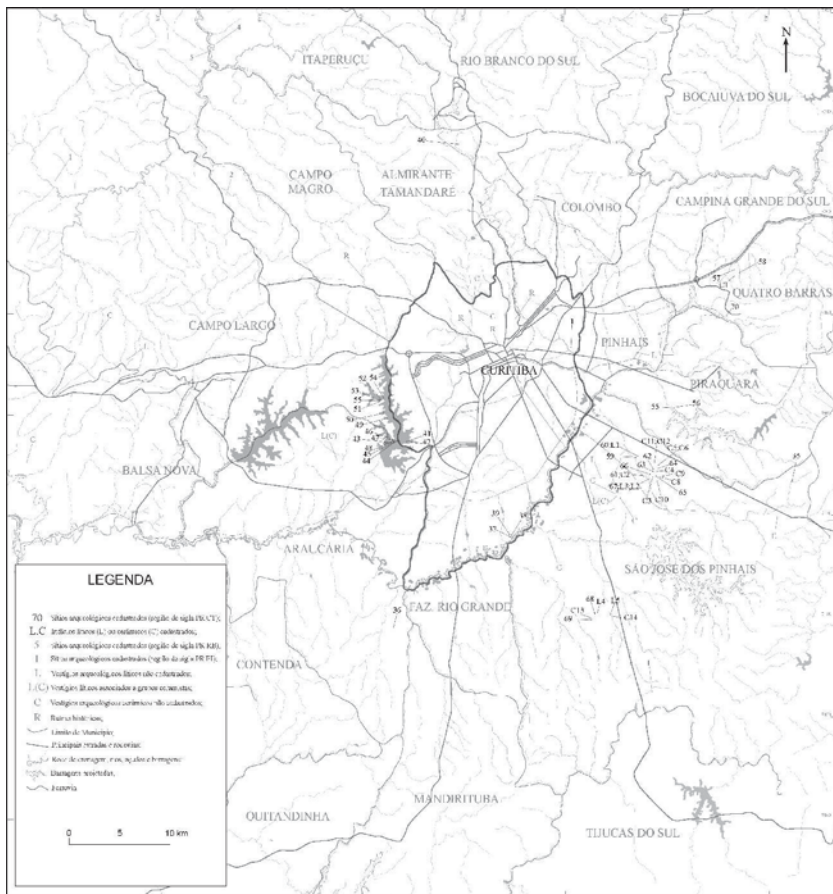
A principal característica da Tradição Tupiguarani, observada através dos seus vestígios, é a presença de recipientes cerâmicos variados, incluindo tigelas e grandes urnas, muitos com abundantes tipos decorativos, como o pintado (com linhas e pontos de cores vermelha, preta ou marrom sobre um engobo branco, formando motivos geométricos retilíneos e curvilíneos), engobo vermelho, corrugado, ungulado, pinçado, nodulado, serrungulado, escovado, etc. Nessa Tradição era comum a utilização de grandes vasilhas em rituais de enterramento primário ou secundário; estes, muitas vezes, eram acompanhados de recipientes menores representativos de oferendas. Fazem parte de seu acervo, também, as rodela de fusos, associadas a tecelagem, cachimbos de cerâmica, tembetás de pedra ou resina e material ósseo trabalhado. Os grupos dessa Tradição habitavam em grandes aldeias, geralmente não muito distantes dos rios navegáveis, mas podiam manter acampamentos, nas proximidades das áreas de plantio ou de captação de recursos. Faziam uso de lâminas de machado, pilões e mãos de pilões de pedra polida, sendo aqueles utilizados na derrubada da mata para o roçado e na confecção de canoas e, estes para triturar e moer

grãos, raízes e sementes.

Na Tradição Itararé, os recipientes cerâmicos são caracterizados por formas globulares e ovais de paredes finas e pequenas dimensões. A maioria apresenta a superfície lisa e de cor preta; poucos mostram decoração plástica como engobo vermelho, carimbo e marcas de cordel. Outras particularidades marcantes, encontradas nos sítios arqueológicos pertencentes a esses grupos, são as estruturas formadas por depressões no solo, representativas de um sistema original de moradia, utilizada exclusivamente nas regiões frias: as casas subterrâneas ou semi-subterrâneas. Outras estruturas, caracterizadas por elevações no terreno, são os aterros de formas alongadas e/ou circulares, alguns com evidências de cremação de corpos. Ambas podem ocorrer conjuntamente em sítios a céu aberto (antigas aldeias), inferindo, para o caso das casas subterrâneas, caráter de sazonalidade (possivelmente utilizadas no inverno). Se por um lado seu conjunto cerâmico não é tão expressivo quanto o da Tradição Tupiguarani, por outro, apresenta grande variedade de padrões de assentamentos e material lítico. Os últimos constituem-se em facas, raspadores, goivas, alisadores, talhadores, pilões e mãos-de-pilões, quebradores de coquinhos e lâminas-de-machado, elaborados sobre lascas e núcleos.

No período histórico, quando da ocupação Ibérica, podemos observar a partir das referências etno-históricas e do material arqueológico recuperado, comportamentos distintos associados aos dois grupos ou tradições arqueológicas citados. Para os Tupi-Guarani, cujos representantes estiveram em contato permanente com o europeu, sendo referendados nos textos históricos como Tupinambá, Tupinikim, Tupi, Carijó, Guarani, Cário, Tingui, Caiuá, entre outros, ocorreram intensas miscigenações, produto de aculturações forçadas ou espontâneas, que geraram alterações nos seus costumes tradicionais. Tais influências, no entanto, foram mútuas, fazendo com que também uma significativa herança cultural e social indígena fosse incorporada aos costumes dos povoadores europeus. Para os Jê, diferentemente, percebe-se que eram tidos como “bárbaros”, arredios, inimigos dos Tupi-Guarani, de difícil catequização, etc., recebendo por vezes, a denominação genérica de Tapuia, sendo colocados à margem dos interesses europeus. Com isso, tais grupos acabavam por se refugiar nas áreas ainda não ocupadas pelos brancos ou eram sumariamente eliminados, o que implicava, seja pelas migrações forçadas e contínuas, ou pela drástica diminuição demográfica, em uma brusca mudança nos seus padrões originais de vida.

As pesquisas arqueológicas desenvolvidas no planalto curitibano, assim como no território paranaense, permitiram identificar



Mapa 1. Sítios e indícios arqueológicos localizados na Região Metropolitana de Curitiba.

os sítios indígenas de contato, através da presença de vestígios e influências do europeu. Esses estudos puderam caracterizar, ainda, que nos sítios neobrasileiros (caboclos), ocorreu a persistência de elementos indígenas relativos à Tradição Tupiguarani, porém com alterações e incrementos nas formas e decorações cerâmicas tradicionais, além de mudanças qualitativas e quantitativas das mesmas. Não foram, até o momento, percebidas influências na Tradição Itararé (grupos Jê) das sociedades colonizadoras, sendo difícil, muitas vezes, a caracterização do contato pela falta de elementos diferenciadores no seu acervo cerâmico. Pode-se percebê-lo, no entanto, pela mudança nos padrões

de assentamento e variações na qualidade da cerâmica.

Quanto ao uso atual do solo e a urbanização, Curitiba destaca-se pelo seu planejamento urbano embora, na qualidade de metrópole, não seja possível distanciar-se dos problemas inerentes às grandes cidades, como o aumento demográfico, a poluição, as enchentes, a disposição de resíduos sólidos, o saneamento, a ocupação irregular de áreas indevidas como encostas e fundos de vales, etc. Esses fatores vêm se agravando nos últimos anos, com o crescente desenvolvimento industrial, gerando profundas modificações no Município e na Região Metropolitana. Como os sítios arqueológicos apresentam-se, geralmente, dispostos sob camadas no solo, as questões que envolvem a ocupação do espaço territorial e, as alterações topográficas do terreno provocadas pelos diversos processos urbanos, estão associadas diretamente ao grau de preservação dos registros arqueológicos.

A ocupação urbana não se apresenta homogênea nem tampouco estática, sendo diversos os fatores indutores na transformação da cidade e na distribuição de sua população, como o ambiente natural, a presença de zonas comerciais e industriais, a distância das áreas de trabalho, saneamento básico, transporte coletivo, entre outros, além dos aspectos ecológicos, sociais e econômicos inseridos. A partir da compreensão das múltiplas variantes e objetivando estabelecer as diretrizes para o planejamento urbano de Curitiba, foram promovidos sucessivos zoneamentos visando definir as normas gerais de uso e ocupação do solo em cada zona estabelecida e, orientar o desenvolvimento de certas áreas ou a proteção de outras, sendo passíveis de sistemática revisão e adequação em razão das possíveis mudanças nas variáveis envolvidas (TRINDADE, 1995). Desses estudos, é possível prever e identificar as áreas que apresentam distintas interferências no meio, seus usos e os materiais resultantes desses usos, afim de avaliar a possibilidade de ocorrência e a preservação do registro arqueológico.

As diferenças observadas a partir do zoneamento de uso e ocupação do solo e, das cartas de planejamento e monitoramento urbano do Município, permitem identificar por exemplo, os setores pouco urbanizados a sul, norte e oeste da cidade, alguns utilizados para práticas agrícolas e pastoris e, que apresentam boa preservação da camada superficial do solo, constituindo-se em áreas favoráveis à preservação de sítios arqueológicos. Estas áreas, no entanto, devem ser consideradas críticas, pois representam as frentes da expansão urbana onde loteamentos, arruamentos, obras de terraplanagem, aterros, locação de indústrias, etc., comprometem continuamente o patrimônio cultural ainda não identificado ou resgatado.

Nos setores urbanizados antigos, como o Centro Histórico da Cidade, em diversas situações os vestígios arqueológicos podem estar bem preservados, como por exemplo, nas áreas originalmente baixas e que foram, com a renovação da malha urbana, aterradas, propiciando a conservação do solo em profundidade, como o constatado junto às obras recentes nas proximidades da praça Tiradentes. Tais setores também devem ser considerados críticos e de alta potencialidade, não devendo ser permitida qualquer intervenção no subsolo, como a instalação de cabos elétricos e telefônicos, chafarizes, abertura de ruas, calçamentos, etc., sem o devido acompanhamento por pessoal qualificado.

Os parques, praças, APAs e outras áreas de uso público também constituem pontos favoráveis à ocorrência de vestígios, conservando setores pouco perturbados, apesar de muitos apresentarem mudanças em sua paisagem original, como a retificação de rios, formação de lagos, aterros, gramados, etc., sendo então “urbanizados”. Estes locais são especialmente favoráveis à pesquisa e proteção de sítios arqueológicos, já que permitem seu uso para a visitação.

Diversas outras áreas destinadas ao uso industrial, comercial, residencial e de infra-estrutura urbana, podem apresentar variados graus de perturbação do solo, necessitando estudos mais aprofundados para sua melhor caracterização.

A metodologia a ser empregada na elaboração da Carta Arqueológica do Município de Curitiba, definindo os parâmetros para o Zoneamento Arqueológico, deverá basear-se na premissa de que o espaço urbano representa um todo complexo, onde mesclam-se tipos diferenciados de ocupações territoriais ao longo do tempo e do espaço. Podem representar sítios de caçadores-coletores, horticultores ceramistas, ocupações históricas relacionadas aos colonizadores europeus, aos caboclos, africanos, imigrantes, entre outros, participantes de contextos sócio-econômicos distintos e com variadas formas de adaptação e transformação do meio circundante. Diferenciam-se, portanto, nos padrões de ocupação e nos tipos de resíduos materiais depositados no solo. Do ponto de vista arqueológico, podem ainda estar situados em um mesmo local (sítios de reocupação), gerando uma estratigrafia complexa relacionada a diferentes faixas temporais, ou distribuídos geograficamente segundo padrões espaciais próprios.

Outra característica importante relacionada aos sítios arqueológicos existentes nessas áreas, diz respeito aos tipos de depósitos e estruturas observadas. Ao contrário do patrimônio edificado, facilmente visualizado, a grande maioria dos sítios arqueológicos brasileiros estão associados a vestígios localizados subsuperficialmente, em ca-

madras no solo. Representam o refugio da ocupação humana preexistente, que resistiram à ação do tempo e às deteriorações provocadas por atividades biológicas e antrópicas. Além das particularidades intrínsecas dos materiais encontrados, a preservação e o tipo de vestígio irá depender do meio em que foi depositado e do grau de perturbação do solo. Como exemplos mais comuns de indícios arqueológicos encontrados, pode-se citar os fragmentos de cerâmicas, louças e vidros, o material lítico e metálico, os resíduos carbonizados como ossos, sementes, etc., as estruturas de combustão e aquelas relativas às formas da habitação, entre outros. Nos centros urbanizados históricos, podem ocorrer ainda, estruturas no subsolo que representam as habitações ou infra-estruturas antigas, como os alicerces de casas, igrejas e locais públicos, os calçamentos antigos, sistemas de escoamento de águas pluviais, cemitérios, etc.

Deve-se levar em consideração, ainda, para essas áreas, o alto grau de modificação da superfície e a conseqüente perturbação e soterramento de camadas do solo, passíveis de conterem vestígios arqueológicos. Segundo Starski (1982 *apud* JULIANI, 1996) a preservação de recursos arqueológicos nas cidades está relacionada à natureza dos processos urbanos, que podem ser definidas em diversas categorias de uso e ocupação do solo, segundo os efeitos que podem gerar sobre o registro arqueológico, como por exemplo: edifícios unifamiliares, edifícios multifamiliares, áreas de uso comercial, áreas de uso industrial, áreas de uso público, ruas, vazios urbanos e áreas rurais.

Considerando as características definidas acima, o direcionamento metodológico deverá, posteriormente à captação de recursos, basear-se em dois tipos de estudos:

Levantamento arqueológico preliminar: Mapeamento de indícios arqueológicos nas áreas consideradas representativas das diversas fases de ocupação histórica e pré-histórica do município ou em áreas críticas, objetivando a avaliação da presença de bens culturais, do grau de perturbação do solo e de preservação dos vestígios. A constatação da variabilidade dos tipos culturais existentes e do “potencial real” das áreas estudadas deverá fornecer, ainda, elementos para a calibragem dos modelos preditivos utilizados no inventário geral de áreas potenciais.

Inventário de áreas potenciais: Diagnóstico do potencial de recursos arqueológicos existente no município, com base em modelos locais preditivos, amostragens, avaliações sobre o grau de preservação do solo e definição de critérios de significância arqueológica.

O Levantamento Arqueológico Preliminar deverá ser realizado em 2 fases: a primeira, com o reconhecimento das características ambientais e de ocupação atual do solo em diversos setores, sendo então hierarquizadas as áreas pelo seus diferentes graus de urbanização. Naquelas consideradas pouco urbanizadas, deverão ser realizadas prospeções restritas, com delimitação preliminar e amostragens, objetivando o diagnóstico do potencial arqueológico. A segunda fase deverá considerar os estudos de avaliação preditiva, sendo então, testados os modelos locacionais e os critérios de significância arqueológica. Nesta fase as prospeções procurarão abranger uma variedade maior de áreas, em ambientes fisiogeográficos distintos e com diferentes graus de ocupação e uso do solo. Poderá constar, ainda, de escavações pontuais, objetivando avaliar o comportamento estratigráfico de determinados sítios e o seu potencial informativo.²

Em ambas as fases, deverão ser utilizados mapas planialtimétricos em escalas apropriadas, cartas de pesquisa e planejamento urbano, mapas de zoneamento e uso do solo, estudos fotointerpretativos baseados em fotos aéreas antigas e recentes, entre outros.

A prospeção arqueológica deverá ser realizada tanto nas áreas consideradas de alto interesse (micro-bacias, corredores históricos, etc.), quanto nos setores circundantes, utilizando-se de *transects*, destinados a cobrir as diferentes paisagens existentes e captar padrões de assentamento variados. Deverá ser realizada através de caminhamento e observação visual junto a cortes de estradas, caminhos, linhas férreas, ravinas de erosão, áreas com revolvimento do solo, etc. Nos locais onde não existirem possibilidades de visualização direta dos vestígios, mas que por suas características possam ser consideradas propícias ao estabelecimento humano, deverão ser realizados cortes-experimentais em profundidades variáveis conforme a natureza do substrato. O registro dos locais ou pontos com presença de material arqueológico, deverá ser realizado por meio de fichas padronizadas, documentação fotográfica e delimitação (topografia) preliminar de áreas de ocorrência, devendo ser efetuadas também, amostragens não seletivas de material, para fins de caracterização cultural. Em laboratório, deverá ser efetuado o ordenamento das fichas de campo e material fotográfico e, o cadastramento dos sítios arqueológicos. Os vestígios coletados deverão passar por processos de lim-

² Toda a atividade que envolva prospeções e escavações arqueológicas, conforme Lei Federal N° 3.924 de 26 de julho de 1961, deverá ser antecedida pelo pedido de autorização encaminhado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

peza, marcação, preparação e análise, visando sua caracterização cultural e salvaguarda.

As análises preditivas, que deverão compor o *Inventário de Áreas Potenciais*, deverão considerar os seguintes levantamentos:

- contexto histórico (Fontes: etno-história, ocupação histórica, registros).
- contexto ambiental (fatores: declividade, rede de drenagem, bacias hidrográficas, geologia, ambientes geomorfológicos, vegetação, etc.).
- contexto arqueológico (cadastro de sítios e indícios arqueológicos, local e regional).
- grau de perturbação dos solo.

Afim de facilitar as análises, deverão ser considerados à princípio, três fases de ocupação territorial, devendo cada uma gerar um mapa de potencialidade dos recursos arqueológicos. Estas fases, já estabelecidas com base nos padrões de assentamento e, amplamente reconhecidos para o território paranaense, compreendem: fases pré-ceramista, ceramista e histórica. Correspondem de maneira geral, a padrões de ocupação distintos, embora seja considerada a possibilidade da existência de padrões similares nas três fases, bem como de variações contidas em cada fase. Tais discrepâncias, no entanto, não interferem no produto final, já que deverão ser automaticamente incorporadas na avaliação de potencialidade geral.

Com base na hierarquização estabelecida em cada mapa temático de áreas potenciais, deverão ser reunidos e projetados, em um quarto mapa, os setores de maior potencialidade em detrimento dos de menor potencialidade, sempre que ocorrer a sobreposição dos mesmos.

A base cartográfica a ser apresentada, deverá ter seu maior detalhe na escala de 1:10.000, com sintetizações para efeito de consulta rápida em escalas de 1:25.000 ou 1:50.000. Todos os mapas temáticos gerados a partir das análises preditivas e dos levantamentos preliminares, deverão compor a Carta Arqueológica do Município de Curitiba.

Os critérios de significância arqueológica deverão nortear tanto os levantamentos de campo, quanto as análises e diagnósticos de potencialidade de áreas. Conforme Juliani (1996), para a aplicação dos critérios de significância arqueológica, deve-se proceder à identificação das diversas categorias de significância, e a formulação de um conjunto complexo de questões de pesquisa capazes de avaliar o valor

dos bens arqueológicos. Tais categorias podem ser expressas e sintetizadas da seguinte maneira:

Significância histórica - quando o recurso cultural pode fornecer informações sobre padrões culturais durante o período histórico, ou estar associado a um evento ou aspecto particular e específico da história.

Significância científica - refere-se ao potencial de um recurso cultural, para o estabelecimento de fatos e generalizações confiáveis sobre o passado, para compreensão das relações entre comportamento humano, cultura material e cognição e, no avanço das ciências sociais e naturais quando do estudo das culturas e seus ambientes pretéritos.

Significância étnica - está relacionada ao valor religioso, mitológico, social, entre outros, de significativa importância para a história e integridade de minorias étnicas.

Significância pública - relaciona-se à possibilidade do uso dos recursos culturais para a educação, o turismo e a valoração desse patrimônio, refletindo a própria identidade multicultural e a afirmação dos valores da cidade e dos seus cidadãos.

Outro ponto importante refere-se à definição das categorias de ocupação do solo urbano e o seu potencial na preservação dos registros arqueológicos (STASKI, 1982 *apud* JULIANI, 1996). Deverá ser caracterizada a partir da constatação das formas de implementação da infraestrutura urbana, pela sua capacidade de perturbação do solo e, contextualizada segundo a divisão estabelecida pela Lei de Zoneamento do Município: a Lei nº 5.234 (10.12.1975) de Zoneamento e Uso do Solo de Curitiba, e os decretos posteriores, que possibilitaram a separação da cidade em Zonas Urbanas e Setores Especiais:

Zonas Residenciais (ZR)

Zonas de Serviço (ZS)

Zonas Industriais (ZI)

Zona Central (ZC)

Zona Agrícola (ZA)

Zonas Especiais (ZE)

Setores Especiais: Setor Estrutural, Conectores, Vias Coletoras, Vias de Penetração, Vias de Pedestres, Centro Cívico, Ligações Prioritárias, Santa Felicidade, Áreas Verdes, Fundos de Vale, Parque Iguaçu, Parque Bacacheri, Parque Passaúna, Setor Histórico, Cidade

Industrial de Curitiba.

Esta divisão, em razão de observar as características intrínsecas das diferentes áreas da cidade dentro de um quadro de evolução urbana, deverá ser capaz de estabelecer, em conjunto com os estudos arqueológicos, a identificação dos setores mais críticos e o planejamento das ações preservacionistas e mitigadoras cabíveis, em prol do patrimônio cultural do município.

ABSTRACT: This article is about the historical and pre-historical patrimony seat down the underground of Curitiba's borough, Paraná. The 1971 municipal legislation refers only to the cultural and historical patrimony, that are edified on the ground of the city, but do not care for the heap underground town. Considering that the projects of urban environment disturbs and destroys the remnant of older placements, here are in discussion the verified problems, bringing up orientation and proper methodology for urban archaeology, intending to elaborate an Archaeological chart for Curitiba's borough and its archeological zoning.

KEY – WORDS: Urban Archaeology, Archaeological Chart, Archaeological zoning, Archeology of Curitiba.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Astolfo G. M. Arqueologia urbana no Município de São Paulo: considerações sobre algumas dificuldades de implantação. **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 379-383. 1994-5.

BARZ, E. L. A luz da História. Curitiba e o planejamento urbano. **Curso: A Cidade e o Meio Ambiente**. Curitiba: Universidade Livre do Meio, Ambiente, p.1-24, 1995.

BRUNETTI Marcelo. C.; BOSCHILIA, Roseli. Bairro Mercês: do túnel do pirata ao bar Botafogo. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, v. 12 n. 74, p. 1. 1985.

CHMYZ, Igor. Arqueologia de Curitiba. In: Curitiba Origens, Fundação, Nome. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**. Curitiba, v. 21, n. 105, p. 5-54, 1995.

CHMYZ, Igor; CHMYZ, João C. G.; SGANZERLA, Eliane M. O Projeto Arqueológico Passaúna, Paraná. Nota Prévia. **Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas**. Curitiba, v. 5, p. 35-41. 1986.

JULIANI, Lúcia J. C. O. O zoneamento arqueológico como instrumento de gestão do patrimônio cultural do Município de São Paulo, **Revista de Arqueologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 365-374. 1994-5.

_____ Avaliação de impactos ambientais de empreendimentos urbanísticos e medidas mitigadoras aplicáveis. **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás. Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. p. 71-79. 1996.

JULIANI, Lúcia J. C. O; CAMPOS, Maryzilda C. **Vale do Anhangabaú: Arqueologia de Salvamento em Área Urbana**. Trabalho apresentado à VI Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro.

KIPNIS, Renato. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, p. 34-40. 1996.

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Curitiba: Banco do Desenvolvimento do Paraná/UFPR/IBPT. 350p. 1968.

MARTINS, Romário. Curitiba: histórico da sua fundação. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1908)**. São Paulo, v. 13, p. 397-407. 1911.

_____ **História do Paraná (3ª Edição)**. Curitiba: Editora Guaíra Ltda. 378p. s/d.

MIO, João de. Notícias históricas sobre a erva-mate e os seus engenhos de beneficiamento em Curitiba a datar de 1888 à 1950. **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Curitiba, v. 5, n. 3-4, p. 47-58. 1951.

MOREIRA, Júlio E. **Eleodoro Ébano Pereira e a fundação de Curitiba**

à luz de novos documentos. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 148p. 1972.

PAA (Projeto Arqueológico Audi). **Relatório do Projeto Arqueológico Audi.** Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR). Contrato CEMA - Consultoria e Meio Ambiente S/C Ltda. e FUNPAR/UFPR. Curitiba. 1997.

PAR (Projeto Arqueológico Renault). **Relatório do Projeto Arqueológico Renault.** Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR). Contrato Companhia de Desenvolvimento de São José dos Pinhais e FUNPAR/UFPR. Curitiba. 1997.

RODRIGUES, Aryon D. O Nome Curitiba. In: Curitiba Origens, Fundação, Nome. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins.** Curitiba, v. 21, n. 105, p. 223-249. 1995.

SGANZERLA, Eliane M.; CHMYZ, Igor; VOLCOV, Jonas E.; MIGUEL, Rucirene; CAVALHEIRO, Antônio C. M. Arqueologia do Contorno Leste de Curitiba. **Arqueologia. Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas.** Curitiba, v. 7, p. 1-79. 1996.

TOCCHETTO, Fernando B.; CAPPELLETTI, Angela M. Intervenções arqueológicas em Porto Alegre e o exemplo de dois sítios históricos na área central da Cidade, RS, Brasil. **Coleção Arqueologia,** Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 1, v. 2, p. 381-392.

TRINDADE, A. V. C. T. Planejamento Urbano - O Caso de Curitiba. **Curso: A Cidade e o Meio Ambiente.** Universidade Livre do Meio Ambiente. Curitiba, p. 25-34.

WESTPHALEN, Cecília M. Origens e Fundação de Curitiba. In: Curitiba Origens, Fundação, Nome. **Boletim Informativo da Casa Romário Martins.** Curitiba, v. 21, n. 105, p. 55-107. 1995.